



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 13ª
(DÉCIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DISCUTIR O PL Nº 142/2015,
QUE "DISPÕE SOBRE A PAUTA DE VALORES VENAIIS DE TERRENOS E
EDIFICAÇÕES PARA EFEITO DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A
PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU;
ALTERA AS LEIS FEDERAIS Nº 6.945, DE 14 DE SETEMBRO DE 1981,
E Nº 7.431, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1985, E AS LEIS Nº 1.254,
DE 8 DE NOVEMBRO DE 1996, Nº 3.168, DE 11 DE JULHO DE 2003,
Nº 3.804, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2006, Nº 3.830, DE 14 DE MARÇO
DE 2006, Nº 4.022, DE 28 DE SETEMBRO DE 2007, Nº 4.242, DE 10
DE NOVEMBRO DE 2008, E Nº 4.727, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011;
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",
EM 5 DE MARÇO DE 2015**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Chico Vigilante e Rafael Prudente

SECRETARIA: Deputados Rafael Prudente e Prof. Reginaldo Veras

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 20 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 8 minutos



PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Bispo Renato Andrade – PR
- Deputada Celina Leão – PDT
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Dr. Michel – PP
- Deputado Juarezão – PRTB
- Deputado Julio Cesar – PRB
- Deputada Liliane Roriz – PRTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – PEN
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Rafael Prudente – PMDB
- Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB
- Deputado Ricardo Vale – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rodrigo Delmasso – PTN
- Deputada Telma Rufino – PPL
- Deputado Wasny de Roure – PT

Obs.: O Deputado Joe Valle – PDT encontra-se em licença para tratar de assunto de interesse particular, de acordo com o AMD nº 11/2015.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Mensagens nºs 47 a 51, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- **Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2015**, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
- **Projeto de Lei nº 226, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Projetos de Lei nºs 227 e 228, de 2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.
- **Projeto de Lei nº 229, de 2015**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Projeto de Lei nº 230, de 2015**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- **Indicações nºs 1.061 a 1.065, de 2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.
- **Indicações nºs 1.066 a 1.077, de 2015**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Indicações nºs 1.078 a 1.084, de 2015**, de autoria do Deputado Dr. Michel.
- **Indicações nºs 1.085 a 1.087, de 2015**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- **Indicação nº 1.088, de 2015**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
- **Indicação nº 1.089, de 2015**, de autoria do Deputado Prof. Israel.
- **Indicações nºs 1.090 a 1.092, de 2015**, de autoria do Deputado Lira.
- **Indicação nº 1.093, de 2015**, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.
- **Requerimento nº 223, de 2015**, de autoria do Deputado Lira.
- **Requerimento nº 224, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Requerimento nº 225, de 2015**, de autoria do Deputado Juarezão.
- **Requerimento nº 226, de 2015**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.



2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 104, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir o PL nº 142/2015, que “dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; altera as Leis federais nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, e nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e as Leis nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, nº 3.168, de 11 de julho de 2003, nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, nº 3.830, de 14 de março de 2006, nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, e nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011; e dá outras providências”.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE**, presidente da sessão e autor do requerimento
- **ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS**, Vice-Presidente do Conselho Regional de Contabilidade – CRC-DF
- **IRENALDO LIMA**, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada – SINDESP
- **ANTÔNIO RABELO**, Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal – SEAC
- **HÉLIO RODRIGUES AVEIRO**, Diretor do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do DF – Sincodiv-DF e Diretor-Geral da Brasal
- **CLEBER PIRES**, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Sustenta que o Governador Rodrigo Rollemberg é corresponsável pelos erros imputados à administração anterior, uma vez que apoiou a eleição do ex-Governador Agnelo Queiroz.

– Cobra do atual Governo a formulação de soluções em substituição às críticas contra a gestão anterior.

– Desaprova as decisões do Governador Rodrigo Rollemberg que oneram a coletividade: aumento de impostos, calote de dívidas contraídas com fornecedores e redução de contratos terceirizados.

– Menciona insumos cujos preços foram majorados em 2015.

– Cita projetos que buscam mitigar a crise existente.

– Contrasta os orçamentos do Distrito Federal e de outras unidades da federação e, em face das discrepâncias identificadas, conclui que há ineficiência na gestão dos recursos públicos do DF.



- Registra as justificativas de ausência do Secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Arthur Bernardes, e da Secretária de Planejamento, Leany Lemos, e lamenta a ausência de outros representantes do Governo neste debate.
- Parabeniza o Governador Rodrigo Rollemberg pela retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 142, de 2015, que dispunha sobre o aumento de diversos impostos.

HÉLIO RODRIGUES AVEIRO, Diretor do Sincodiv-DF

- Solicita apoio a esta Casa para que se mantenha a aplicação da Lei nº 4.733, de 2011, que isenta o consumidor do pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA no primeiro ano.
- Recorda os motivos que levaram ao surgimento da Lei que permite a isenção do imposto no Distrito Federal.
- Ressalta a importância do IPVA zero para o Distrito Federal e discorre sobre o crescimento da receita no comércio do DF nos últimos anos com a aplicação da isenção do tributo.
- Apresenta estudos que comparam as alíquotas cobradas em Estados vizinhos e afirma que o Distrito Federal irá reduzir a sua receita, bem como a geração de empregos, caso volte a prática de cobrar IPVA de carros novos.

ANTÔNIO RABELO, Presidente do SEAC

- Agradece a oportunidade de vir à CLDF para se manifestar a respeito da situação das empresas de terceirização de mão de obra no Distrito Federal.
- Preocupa-se com a precariedade financeira e a insegurança em que se encontram as empresas que prestam serviços para o Governo do Distrito Federal.
- Relata a existência de passivo financeiro do GDF com essas empresas de valor superior a 200 milhões de reais.
- Avalia que as empresas praticam margem de lucro pequena e não têm condições para lidar com um possível leilão da dívida.
- Pondera que, devido ao risco falimentar de várias empresas e da redução do quadro de pessoal em outras, mais de 15 mil famílias podem ficar desamparadas.
- Reivindica que os parlamentares repudiem o projeto de lei que trata da negociação do desconto da dívida caso este seja encaminhado à CLDF pelo Poder Executivo.
- Lembra que o ramo é grande fonte de geração de empregos no DF e de arrecadação de impostos para o Governo, e que necessita da garantia de sobrevivência.
- Adverte que, em razão da dívida do GDF para com as empresas, elas correm o risco de não honrar os seus compromissos financeiros, inclusive o pagamento do quadro de pessoal.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE, presidente da sessão e autor do requerimento

- Sustenta que o GDF é corresponsável pela quitação de débitos trabalhistas das empresas contratadas pela administração pública eventualmente inadimplentes.



DEPUTADO CHICO VIGILANTE, líder do PT

- Informa que hoje exerce o mandato de Deputado Distrital, mas que possui vínculo empregatício com empresa no Distrito Federal.
- Defende o trabalho das empresas terceirizadas e afirma que elas não podem receber o mesmo tratamento de outras empresas em decorrência da natureza de seus serviços.
- Manifesta-se contrário à extinção do IPVA zero para carros novos.
- Aborda a proposta do GDF para majorar a tabela do IPTU, e realça que a população rejeita os valores propostos.
- Explica que mecanismos adotados pelo Governo anterior aumentaram a arrecadação de impostos.
- Frisa a importância de o setor produtivo ser valorizado pelo Governo para que a economia local se fortaleça com a geração de empregos.
- Anuncia que a bancada do Partido dos Trabalhadores é contrária ao projeto de lei que estabelece o leilão de dívidas das empresas.

DEPUTADA CELINA LEÃO, Presidente da CLDF

- Considera oportuna a realização desta comissão geral, e relata que tem recebido vários grupos com dificuldades decorrentes da crise econômica enfrentada no DF.
- Refere-se à grande incidência de estabelecimentos comerciais que vêm encerrando suas atividades e à consequente queda na arrecadação.
- Pondera que a falta de recursos públicos gera uma reação em cadeia e manifesta a expectativa de que o Governo apresente planejamento para a quitação das dívidas com as empresas.
- Comenta a dificuldade enfrentada também pelas empresas de construção civil, que demitiram cerca de 50 mil trabalhadores.
- Solidariza-se com o GDF pela dificuldade advinda da real falta de recursos.
- Considera crucial o Governo buscar soluções para honrar seus compromissos e minimizar a crise econômica local.
- Apoiar a sugestão de implantar estacionamento conhecido como Zona Azul na área central de Brasília, como fonte de renda para o GDF.
- Avalia positivamente o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e defende o combate à sonegação.
- Salienta o esforço desempenhado pelo Poder Legislativo para resolver as dificuldades atuais.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT

- Argumenta que o grande problema da aludida crise financeira decorre da politização de uma conjuntura comum nos períodos de alternância do poder.



– Observa que há fatos que minoram a gravidade da crise financeira alegada pelo Governo como a desistência do Poder Executivo de utilizar a Antecipação de Receita Orçamentária – ARO e de escalonar o pagamento salarial dos servidores, bem como o aumento da arrecadação fiscal em fevereiro último.

– Expõe que, em face das adversidades do cenário econômico em 2015, a majoração do IPTU é desgastante para o Governo e inadequada para a população.

– Pondera que, embora o GDF deva aumentar a base de arrecadação do IPTU, o contexto econômico é impróprio para alterações nas políticas de nivelamento das alíquotas e das bases de arrecadação.

– Apoia a decisão do Governo de limitar a revisão tributária às cobranças incidentes sobre combustíveis.

– Argumenta que, em decorrência da diminuição dos preços dos imóveis nos últimos dois anos no DF, há discrepância entre os atuais valores de mercado e os preços registrados nos cartórios, com reflexos na cobrança do IPTU, e, por conseguinte, sugere ao Poder Executivo a realização de recadastramento imobiliário no DF para melhor fundamentar a política relativa ao IPTU.

– Defende a postergação da cobrança do IPVA referente aos veículos novos, com o objetivo de assegurar a respectiva arrecadação no DF do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, e recomenda a consulta aos auditores do Governo acerca da pertinência dessa política.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PMDB

– Revela que, antes de exercer o mandato de Deputado Distrital, atuava no setor de terceirização.

– Sienta que as empresas que dependem diretamente do Governo estão passando por sérias dificuldades por não conseguirem honrar com suas obrigações e critica a desorganização do Governo passado.

– Discorre sobre as dificuldades encontradas nas licitações e acredita que o Estado deve rever as atuais exigências dos processos licitatórios.

– Manifesta-se contrário aos aumentos de impostos propostos pelo GDF e pelo Governo Federal, por julgar que se trata de uma estratégia equivocada.

– Acredita que a melhor maneira de gerar receita para o Estado é incentivar o setor produtivo.

– Rechaça a possibilidade de extinguir a isenção do IPVA para carros novos, e opina que essa proposta pode surtir efeito contrário ao desejado para a economia local.

– Opõe-se ao projeto do governo que prevê o leilão das dívidas.

– Aborda as diferenças entre os setores público e privado.

– Participa que os Deputados Distritais estão à disposição para colaborar com o GDF para encontrar soluções criativas sem prejudicar o setor produtivo e a população.



IRENALDO LIMA, Presidente do SINDESP

- Refere-se aos 350 milhões de créditos que o Governo deve às empresas do ramo e expressa a sua preocupação com a perspectiva de não pagamento da folha de pessoal, amanhã.
- Relata que tem procurado o apoio do Ministério Público a fim de conseguir que o Secretário de Saúde quite as dívidas com os prestadores de serviços.
- Alerta para as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores onerados com juros por não pagarem seus compromissos em dia.
- Lamenta o tratamento que o Banco de Brasília – BRB tem dispensado aos empresários credores do GDF.

ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS, Vice-Presidente do CRC-DF

- Sugere o combate à informalidade na economia, para evitar a concorrência desleal no mercado, ampliar a base de contribuintes e, por conseguinte, evitar o aumento da carga tributária no DF.
- Considera injustas as críticas às empresas prestadoras de serviços no DF que, por não terem recebido do Governo, interromperam o pagamento de seus tributos.
- Defende a continuidade dos investimentos governamentais, associada à redução do custeio público, com a finalidade de preservar a economia local no presente contexto de crise.
- Diverge do Deputado Chico Vigilante acerca das regras que impedem o uso do leilão de dívidas para o pagamento de credores do Governo inadimplentes com os impostos, e pondera que as empresas, em face da crise, priorizaram o pagamento dos trabalhadores.
- Expõe que é favorável à isenção do IPVA no primeiro ano após a aquisição de veículos novos, uma vez que essa política favorece, simultaneamente, a manutenção de empregos e o aumento da arrecadação de impostos resultantes das vendas.
- Opõe-se ao aumento do IPTU, sugere que a majoração da Taxa de Limpeza Urbana – TLP seja condicionada a prévia análise da qualidade dos respectivos serviços, e opina que a elevação do Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis – ITBI deve ser objeto de amplo debate.
- Reitera a opinião de que a redução dos gastos públicos deve ocorrer mediante contenção dos desperdícios e com cautela para preservação da economia local.
- Concita os diferentes Poderes a engajarem-se na busca de soluções adequadas para a crise.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE, presidente da sessão e autor do requerimento

- Reporta-se a audiência pública ocorrida nesta Casa, para discutir sobre metas fiscais, na qual questionou o Secretário de Fazenda a respeito de falhas que precisam ser revistas.



CLEBER PIRES, Presidente da ACDF

- Considera que, na crise atual, o empresário que consegue manter o seu negócio aberto é um herói.
- Refere-se ao elevado índice de estabelecimentos comerciais fechados no Plano Piloto, com 2.290 lojas em pavimento térreo inoperantes.
- Acrescenta que, no Setor de Indústrias, 17% do comércio de médio e grande porte fechou as portas, causando o desemprego de milhares de trabalhadores.
- Diferencia inadimplente de sonegador.
- Cita frase de autor desconhecido: “governar é estabelecer prioridades depois de ouvir o povo”.
- Informa que há região administrativa com 37% dos estabelecimentos fechados em razão da falta de segurança pública e de estacionamento e da alta carga tributária.
- Estranha que a arrecadação aumente proporcionalmente ao fechamento de empresas, segundo o painel da Associação Comercial.
- Considera que o aumento de impostos resultará na falência múltipla de empresas.
- Pede o apoio dos parlamentares à aprovação do Refis e afirma que a isenção das multas possibilitará a inúmeras empresas estarem adimplentes em um futuro próximo.
- Solicita a aprovação do projeto encaminhado ao Poder Executivo que cria a Zona Azul.

DEPUTADO REGINALDO VERAS – PDT

- Recomenda aos presentes que compareçam à votação do projeto relativo ao Refis, prevista para a próxima terça-feira, de modo a influir para a aprovação da medida.
- Advoga a prorrogação do Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango, uma vez que o término de sua vigência, previsto para o próximo mês, ocasionará aumento do desemprego no DF.

DEPUTADO LIRA – PHS

- Faz um breve resumo de sua vida profissional.
- Opina que a melhor solução para a crise que assola o Distrito Federal é investir no setor produtivo e participa que apresentará projetos com esse intuito.
- Manifesta a sua preocupação com a evasão de empresas para estados vizinhos, bem como com a falta de incentivo para a instalação de grandes empresas no Distrito Federal.
- Revela que sugeriu ao Governador a regularização de várias áreas, de forma a aumentar a arrecadação de tributos.
- Coloca-se à disposição para discutir alternativas que propiciem a geração de empregos e renda para Brasília.



DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE, presidente da sessão e autor do requerimento

- Sugere ao GDF o debate a respeito de concessões e privatizações de determinados setores, a fim de diminuir o *deficit* existente.
- Considera que há formas alternativas de incrementar o caixa do Distrito Federal, sem onerar o contribuinte com aumento de impostos.
- Avalia que é importante ampliar a base tributária, investindo nas áreas de desenvolvimento econômico e corrigindo a situação das áreas irregulares, por exemplo.
- Refere-se à comemoração do Dia Internacional da Mulher no próximo domingo e anuncia que protocolou projetos em defesa das mulheres e de seus direitos.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Rafael Prudente):

- Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Expediente lido na 13ª Sessão Ordinária, em 5 de março de 2015

*Ata considerada lida e aprovada na 14ª Sessão Ordinária, de 10/3/2015.
(Obs.: a íntegra dos expedientes lidos nesta sessão consta da publicação desta ata
no *Diário da Câmara Legislativa*)*